



PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NA SUSTENTABILIDADE DAS FAMÍLIAS E ASSENTAMENTOS RURAIS

Diego Azevedo Mota¹
Katharine Vinholte de Araújo²
Thiago Vasconcelos Melo³
Luciane da Costa Barbé⁴

Resumo:

A questão da pluriatividade na agricultura familiar não é algo contemporâneo, mas que apresenta uma complexidade devido às diversas implicações que pode gerar, principalmente quando tratamos de famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi de avaliar a dimensão da pluriatividade da agricultura familiar originária de um projeto de assentamento localizado no município de Unaí – MG. Os dados foram analisados por meio da análise multivariada, através da análise de conglomerados, pelo método de classificação hierárquico, agrupando-se os indivíduos entrevistados em três grupos com comportamentos semelhantes. Os resultados foram organizados em três (3) grupos (1; 2 e 3) apresentando respectivamente 4; 13 e 10 unidades produtivas, totalizando as 28 propriedades avaliadas. Independente dos grupos formados, todas as famílias avaliadas podem ser consideradas pluriativas em tempo integral ou sazonal, mostrando que a busca da diversificação das atividades realizadas independe de idade, estado civil, escolaridade ou presença de filhos maiores que 18 anos, e que as mesmas são importantes na renda e estratégias produtivas destas famílias e por consequência na permanência destas famílias nos assentamentos.

Palavras-chave: economia familiar, estratégias produtivas, diversificação de renda

PLURIACTIVITY IN FAMILY FARMING: CHALLENGES AND IMPLICATIONS FOR THE SUSTAINABILITY OF RURAL SETTLEMENTS

Abstract:

The issue of pluriactivity in family farming is not a contemporary one, but one that is complex due to the various implications it can generate, especially when it comes to families from land reform settlement projects. In this context, this study aimed to assess the pluriactivity dimension

¹ Possui Graduação, Mestrado e Doutorado em Zootecnia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) - Unesp - Campus de Jaboticabal. Professor do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus de Unaí. E-mail: diego.mota@ufvjm.edu.br.

² Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) (2016), Mestrado (2019) e doutorado (2023) em Produção Vegetal pela Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Pesquisadora de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (BDCTI), FAPEMIG, na UFVJM. E-mail: k_vinholte@hotmail.com.

³ Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2004) e Mestrado em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006) e Doutorado em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Campus FCAV/Jaboticabal (2010). Docente do Instituto de Ciências Agrárias do Campus Unaí da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e docente do Programa de Mestrado Acadêmico em Estudos Rurais da UFVJM. E-mail: thiago.melo@ufvjm.edu.br.

⁴ Doutora e Mestre em Produção Vegetal (Engenharia e Economia na Agricultura) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: luciane.barbe@ufvjm.edu.br.

of family farming in a settlement project in Unaí - MG. The data was analyzed using multivariate analysis, conglomerate analysis, and the hierarchical classification method, grouping the individuals interviewed into three groups with similar behaviors. The results were organized into 3 groups (1, 2, and 3) with 4, 13, and 10 production units, respectively, making up a total of 28 properties assessed. Regardless of the groups formed, all the families evaluated can be considered full-time or seasonal pluriactive, showing that the search for diversification of the activities carried out is independent of age, marital status, schooling or the presence of children over the age of 18, and that they are essential in the income and productive strategies of these families and, consequently, in the permanence of these families in the settlements.

Keywords: income diversification, family economy, productive strategies.

1. INTRODUÇÃO

O cenário rural brasileiro, associado a agricultura familiar, apresenta constantes mudanças e apesar da pluriatividade não ser algo contemporâneo, esta realidade vem sendo demonstrada de diferentes maneiras, por apresentarem múltiplos componentes, incluindo a disponibilidade de emprego nas zonas rurais, a existência de mercados e políticas públicas que viabilizem o investimento em novos produtos e de seus derivados na região, além das características socioeconômicas das famílias envolvidas, sendo que todos estes fatores também dependem do contexto regional.

De acordo com COUTO et al., (2017) entende-se como pluriativa a família que combina atividades agrícolas com outras atividades, dentro ou fora da sua unidade produtiva, e pelas quais é remunerada. Assim, são pluriativas tanto as famílias que não conseguem ocupar toda a mão-de obra familiar na sua propriedade como as famílias que necessitam complementar o orçamento familiar com rendimentos não agrícolas, sejam provenientes do assalariamento ou por meio do exercício de atividades no interior das unidades produtivas, mas não vinculadas diretamente à agricultura (artesanato, comércio, entre outras). Por fim, considera-se pluriativa a família de agricultores que possui pelo menos um integrante praticando alguma atividade não relacionada a produção animal ou vegetal. Todas estas atividades visam melhorar a renda da família, e podem auxiliar na ocupação da mão de obra dos membros da família, buscando a permanência principalmente dos mais jovens no campo e um melhor planejamento da sucessão familiar da unidade produtiva.

Outro aspecto que pode influenciar na pluriatividade é o fato de a unidade de produção estar associada a um projeto de assentamento oriundo de programas de reforma agrária, pois de acordo com SANTANA et al., (2015) estas propriedades podem apresentar infraestrutura deficiente que gera dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica. Além disto, podem existir conflitos e tensões com sistema produtivo local, que leva a exclusão social e a desigualdade de recursos, visto que muitas vezes áreas destinadas a projetos de reforma agrárias não tem a mesma capacidade produtiva. Dentro deste contexto, pulverizar as atividades dos membros familiares pode exercer a possibilidade de geração de renda auxiliando a permanência dos assentados no campo.

Contudo, a pluriatividade também pode exercer fatores desfavoráveis no campo, visto que existe o risco de secundarização da atividade agrícola e perda de autonomia das famílias em relação aos mercados (MORAES e PIRES 2018). Já WERLANG E MENDES (2016) destaca que a pluriatividade pode levar a uma possível proletarização das famílias rurais e ameaça à agricultura familiar como forma social de produção.

Com base no exposto acima, o objetivo deste trabalho foi de avaliar a dimensão da pluriatividade da agricultura familiar oriunda de um projeto de assentamento localizado no Noroeste de Minas Gerais, município de Unaí – MG, descendo ao ambiente intrafamiliar para conhecer melhor a importância e os desafios desta realidade.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no projeto de assentamento (PA) Modelo, oriundo de políticas de reforma agrária, do município de Unaí, que está localizado na Mesorregião do Noroeste de Minas Gerais, no período entre janeiro e março de 2024. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a sua população, conforme estimativa é 86.619 habitantes (IBGE, 2023).

A implementação do estudo foi dividida em três fases. A primeira etapa envolveu a construção de um questionário pelos autores e o contato inicial com o representante do assentamento avaliado, com o objetivo de apresentar a proposta aos assentados em reunião convocada pela liderança do mesmo. A segunda etapa foi desenvolvida através da realização de visitas no PA, a fim de realizar uma caracterização da área de estudo. Nesta etapa, pode-se observar que o PA modelo se constitui atualmente 40 famílias assentadas, das quais 28 participaram da pesquisa de acordo com agendamento de dia e horário mais adequado aos membros das famílias. Das 12 famílias restantes, oito (8) não foram encontradas e quatro (4) não exercem nenhuma atividade no lote. A terceira e última etapa foi a realização de entrevistas semi-estruturadas e a posterior interpretação dos dados. As entrevistas foram realizadas seguindo o agendamento feito buscando ter a presença de todos os membros familiares que apresentassem a idade igual ou superior a 18 anos de idade, quando estes existissem. Os questionários apresentavam perguntas que abrangiam dados como: estado civil, escolaridade, quantidade e idade dos filhos, tipo de mão de obra utilizada, atividades agrícolas e não agrícolas realizadas dentro ou fora da unidade produtiva de todos os membros familiares maiores que 18 anos, importância econômica das atividades agrícolas e não agrícolas na renda familiar e a opinião dos membros familiares sobre a pluriatividade.

Os dados foram analisados por meio da análise multivariada, através da análise de conglomerados, pelo método de classificação hierárquico, utilizando o critério de agrupamento de Ward, sendo a dissimilaridade medida através da distância Euclidiana, agrupando-se os indivíduos entrevistados em grupos com comportamentos semelhantes.

Após separação dos grupos, os resultados foram avaliados por meio de análise descritiva, com a utilização da ferramenta PROC FREQ do pacote estatístico SAS Institute (2013) visando à comparação dos dados de cada grupo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em três (3) grupos (1; 2 e 3) apresentando respectivamente 4; 13 e 10 unidades produtivas, totalizando as 28 propriedades avaliadas.

Na tabela 1 foram apresentados os resultados referentes ao estado civil e idade dos assentados nos diferentes grupos formados. O grupo 1 é formado somente de pessoas solteiras (100%), sendo 3 homens e 1 mulher, o grupo 2 é composto de 92,31% de casais (casamento ou união estável) e 7,69% de viúvas (uma mulher), já o grupo 3 é constituído 100% de casais (casamento ou união estável). SILVA et al., (2020) analisando a caracterização socioeconômica e a produção agrícola dos agricultores familiares do assentamento Canafístula, localizado no município de Jacuípe-AL, também encontraram a maioria (73,91%) das famílias

observadas unidas pelo casamento ou união estável. Assentados em união estável ou casados têm direitos sucessórios que garantem que, em caso de falecimento de um dos parceiros, o outro possa reivindicar a parte que lhe cabe na partilha de bens, conforme estipulado na legislação brasileira, situação especialmente relevante em situações em que o assentado possui direitos sobre a terra, mesmo que esta pertença ao governo.

Tabela 1. Estado civil e idade e dos assentados do PA Modelo

Estado Civil				
GRUPO	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo
1	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2	0,00%	92,31%	0,00%	7,69%
3	0,00%	100%	0,00%	0,00%

Idade do homem, quando presente				
	20-40 anos	40-60 anos	60-80 anos	> 80 anos
1	0,00%	100%	0,00%	0,00%
2	25,00%	58,33%	16,67%	0,00%
3	0,00%	90,00%	10,00%	0,00%

Idade da mulher, quando presente				
	20-40 anos	40-60 anos	60-80 anos	> 80 anos
1	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
2	23,08%	69,23%	7,69%	0,00%
3	10,00%	80,00%	10,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria.

Independentemente do grupo (1; 2 ou 3) e do sexo (homens ou mulheres), a maioria dos assentados apresentaram-se na faixa etária de 40 a 60 anos de idade. Esses resultados estão de acordo com SILVA et al., (2020) e PRATES et al., (2022) que também observaram a predominância desta faixa etária. O PA Modelo é um assentamento relativamente novo, visto que foi fundado em 2009 e este fato pode ser um dos fatores que auxiliam a explicar a predominância de assentados estejam na faixa etária mencionada. Contudo, a faixa etária média dos trabalhadores rurais em assentamentos de reforma agrária deve ser observada de forma atenta, já que pode influenciar a produtividade e a dinâmica do trabalho à medida que essa população envelhece.

Os níveis de escolaridade dos assentados do PA modelo podem ser observados na Tabela 2, onde verificou-se que a maioria dos assentados, tanto homens quanto mulheres, apresenta-se sem escolaridade ou com apenas com o 1º do ensino fundamental completo. MAIA et al., (2017) investigando o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), enquanto política de acesso à terra nos assentamentos rurais Pé da Serra e Beira Rio, no município de Nova Xavantina (MT) observou que o nível de escolaridade dos assentados também não ultrapassou o ensino fundamental. O aumento médio de 1% na escolaridade de trabalhadores rurais provocaria uma elevação de 1,09% na produtividade total dos fatores e 0,60% no rendimento do trabalho (PAULA JUNIOR, 2019) o que pode facilitar a inserção de pluriatividade nas propriedades. Ações que visem a formação e capacitação de professores visando metodologias de ensino que fortaleçam a integração de escolas com as comunidades podem ser alternativas que auxiliem a melhora de índices dos níveis de escolaridade em assentamentos oriundos da reforma agrária.

Tabela 2. Escolaridade dos assentados do PA Modelo

Escolaridade do homem, quando presente				
GRUPO	S/ escolaridade	1° comp	1°comp 2° incom	2° comp
1	33,33%	33,33%	0,00%	33,33%
2	8,33%	66,67%	16,67%	8,33%
3	10,00%	40,00%	20,00%	30,00%

Escolaridade da mulher, quando presente				
1	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
2	0,00%	84,62%	15,38%	0,00%
3	0,00%	50,00%	30,00%	20,00%

Fonte: elaboração própria.

A presença de filhos com 18 anos ou mais, que residem ou não na unidade produtiva pode ser observada na Tabela 3. O grupo 1 que foi formado de pessoas solteiras, apenas a mulher solteira tem filho e ele mora na propriedade. Os grupos 2 e 3 a maioria das famílias tem filhos, contudo, no grupo 2 as famílias que apresentam filhos com 18 anos ou mais é de 38,46%, com a maioria destes não residindo na propriedade (60%). MAIA et al., (2017) em seu estudo observa que em famílias com filhos maiores de idade, eles não moravam no assentamento, pois tinham saído em busca de melhores oportunidades na cidade. Já o grupo 3, todas as famílias possuem filhos com idade igual ou superior a 18 anos que residem com os pais, fato que exerce influência na pluriatividade desta família, pois as dinâmicas de trabalho e decisão dentro da unidade familiar são modificadas, e a alocação de tarefas pode ser mais flexível, permitindo que os membros da família se envolvam em diferentes tipos de trabalho, conforme as demandas e oportunidades que surgem.

Um aspecto importante aqui é considerar o processo de sucessão da atividade agrícola quando os filhos ainda residem junto aos pais. Ainda que os jovens sintam a necessidade de realizar outras atividades fora da unidade socioprodutiva para complementar a renda familiar e ou buscar melhores contextos favoráveis de vida, criar condições para que ele reconheça a importância do seu trabalho no campo é essencial para sua permanência no rural. Assim, facilitação no acesso à políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Jovem, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ou Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE ou de transferência de renda, podem, em boa medida, contribuir para que esse trabalhador jovem escolha continuar residir nos territórios rurais.

Tabela 3. Presença de filhos, filhos com 18 anos ou mais, que residem ou não na unidade produtivas dos assentados do PA Modelo

Possuem Filhos		
GRUPO	Sim	Não
1	25,00%	75,00%
2	100,00%	0,00%
3	90,00%	10,00%

Possuem filhos com 18 anos ou mais		
	Sim	Não
1	25,00%	75,00%

2	38,46%	61,54%
3	100,00%	0,00%
Filhos com 18 anos ou mais, que residem na propriedade		
	Sim	Não
1	25,00%	75,00%
2	40,00%	60,00%
3	100,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 4 podem ser observados tipo de mão de obra e importância das atividades realizadas fora da unidade produtiva das famílias nos diferentes grupos formados. A mão de obra utilizada nos grupos 1 e 2 é 100% familiar, já nas propriedades que formam o grupo 3, a mão de obra familiar também é maioria, totalizando 80%, contudo a mão de obra contratada ou presença de ambas estava presente em 10 e 10% das propriedades do grupo 3, respectivamente. Caracterizando os principais sistemas de produção presentes nos assentamentos provenientes de reforma agraria. RIBEIRO et al., (2018) destaca que a diferenciação das unidades de produção em regime de economia familiar fundamenta-se na gestão da mão de obra da própria família, como estratégia visando a continuidade da unidade produtiva.

O baixo percentual de mão de obra contratada encontrado em nosso estudo sugere, em alguma medida, dificuldade financeira de contratação, ausência de pessoas dispostas ao trabalho braçal ou até mesmo o tamanho médio dos lotes um impeditivo para contratação de força de trabalho por hectare, por exemplo.

Tabela 4. Tipo de mão de obra e importância das atividades realizadas fora da unidade produtiva das famílias do assentamento PA Modelo

Mão de obra na propriedade			
GRUPO	Familiar	Contratada	Ambas
1	100,00%	0,00%	0,00%
2	100,00%	0,00%	0,00%
3	80,00%	10,00%	10,00%

Atividades fora da propriedade é importante na renda familiar	
	Sim
1	75,00%
2	100,00%
3	60,00%

Fonte: elaboração própria.

Quando os entrevistados foram perguntados sobre a importância das atividades realizadas fora da propriedade na renda familiar, podemos observar que independente os grupos 1; 2 e 3 apresentaram porcentagens de 75; 100 e 60%, respectivamente quanto ao impacto positivo, demonstrando que a maioria dos assentados percebem as atividades extras de modo favorável. Avaliando a influência dos fatores sociais e produtivos sobre a geração de renda em assentamentos rurais da Amazônia Mato-grossense, MOLINARI et al., (2021), indicaram que 59,18% dos agricultores em assentamentos realizam trabalhos fora de suas propriedades, com uma média de renda significativa proveniente dessas atividades.

Atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas realizadas pelos homens assentados dentro e fora de sua unidade produtiva estão descritas na Tabela 5. Os grupos 1, 2 e 3, apresentaram 25; 46,15 e 75% de homens praticando atividades agrícolas e agropecuárias, respectivamente, dentro de sua unidade produtiva. Sendo que, as principais atividades elencadas pelos mesmos foram manejo de animais ruminantes e monogástricos, manejo agrícola de lavoura de grãos e mandioca e manejo de hortaliças. Já as atividades não agrícolas são realizadas por 100; 38,46 e 30% dos homens pertencentes aos grupos 1; 2 e 3, respectivamente. Sendo que, a única atividade não agrícola mencionada pelos entrevistados foram os trabalhos domésticos. Nota-se claramente que quanto maior a participação dos homens em atividades agrícolas e agropecuárias dentro do lote, menor é o seu comprometimento com as tarefas domésticas. RIBEIRO et al., (2018) identificando e caracterizando os principais sistemas de produção presentes nos assentamentos localizados no noroeste de Minas Gerais, verificaram que a principal atividade de exploração é a pecuária, sendo que as atividades de plantio de culturas agrícolas são em sua maioria destinadas a alimentação do rebanho.

Tabela 5. Atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas praticadas pelos homens dentro e fora da sua unidade produtiva (UP).

Pratica atividades agrícolas/agropecuárias dentro da UP		
GRUPO	Sim	Não
1	25,00%	75,00%
2	46,15%	53,85%
3	75,00%	25,00%

Pratica atividade não agrícolas dentro da UP		
	Sim	Não
1	100,00%	0,00%
2	38,46%	61,54%
3	30,00%	70,00%

Pratica atividades agrícolas/agropecuárias fora da UP		
	Sim (Permanente)	Sim (Sazonal)
1	75,00%	25,00%
2	15,48%	76,93%
3	10,00%	90,00%

Pratica Atividade não agrícola fora da UP		
	Sim (Permanente)	Não
1	0,00%	100,00%
2	7,69%	84,61%
3	0,00%	80,00%

Fonte: elaboração própria.

Quando analisado as atividades agrícolas e agropecuárias realizadas pelos homens fora das propriedades, pode-se observar que independente do grupo formado, a maioria dos homens assentados as realizam de maneira permanente ou sazonal. A única atividade permanente mencionadas foi operador de máquinas agrícolas, enquanto as sazonais foram colheita e beneficiamento de grãos, confecção de cercas e currais, manejo de limpeza da ares de pastagens e produção e confecção de silagens. Já as atividades não agrícolas (permanentes ou sazonais)

são realizadas por 15,38 e 20% dos homens dos grupos 2 e 3, respectivamente. A atividade permanente realizada por um dos homens do grupo é de atuação no sindicato e as atividades sazonais são diferentes atuações na área de comércio varejista. Essas atividades não apenas ajudam a aumentar a renda familiar, mas também oferecem uma forma de diversificação econômica, essencial para a sustentabilidade das famílias rurais em um contexto de dificuldades na agricultura tradicional (SAKAMOTO et al., 2016). No entanto, vale a pena ressaltar que estas atividades também podem impactar na redução do tempo de trabalho na unidade familiar comprometendo a sustentabilidade e a coesão social das famílias assentadas.

Conforme DEL GROSSI et al., (2019) afirmam, no Censo Agropecuário 2017 um expressivo grupo de produtores foi desclassificado da categoria agricultura familiar em virtude da prática à pluriatividade, ou seja, pela importância das rendas fora da unidade de produção obtidas pelos membros das suas famílias. Neste sentido, a pluriatividade também pode impactar o enquadramento de famílias agricultoras familiares, uma vez que essa tendência à pluriatividade pode limitar o acesso dessas famílias às políticas públicas voltadas para o setor (AQUINO E NASCIMENTO, 2020; NASCIMENTO, et al., 2022). Quando o referido estudo faz o recorte para analisar as atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas praticadas pelas mulheres dentro e fora da sua unidade produtiva o cenário se modifica, como pode ser observado na Tabela 6. Independente do grupo formado, a maioria das mulheres não é responsável por atividades agrícolas ou agropecuárias na propriedade. Contudo, os grupos 2 e 3 apresenta 44,23 e 35% das mulheres atuando nestas atividades, sendo que as principais relatadas são o manejo de animais monogástricos e o manejo de hortaliças.

Deve-se destacar que todas as mulheres entrevistadas realizam trabalho não agrícola/reprodutivos (trabalhos domésticos e de cuidados) em sua propriedade, independente do grupo formado, neste sentido podemos verificar que algumas das entrevistadas neste estudo enfrentam uma sobrecarga significativa devido à combinação de tarefas domésticas e trabalho produtivo (aquele que gera renda).

A realidade é que somam às tarefas domésticas também o trabalho com a produção agropecuária, entretanto a visibilidade do trabalho, sobretudo das mulheres rurais do segmento familiar, ainda é inexpressivo para seu núcleo doméstico, sociedade e desenvolvimento rural, pois se o espaço de produção é masculino, com a participação feminina, isso não ocorre quando o trabalho acontece no espaço privado (doméstico), pois aqui observamos que a maior participação dos homens em atividades agrícolas e agropecuárias dentro do lote implica em menor ou nenhuma participação com as tarefas domésticas. PINTO e FABRINI, (2020) avaliando as relações de trabalho e poder de decisão das mulheres camponesas em assentamentos de reforma agraria também encontraram mulheres em situação de dupla jornada de trabalho, mas destacaram que a divisão das atividades entre homens e mulheres leva em consideração não apenas o esforço físico, mas também o tempo e a habilidade de cada um.

Seja nas decisões familiares ou nos espaços de sociabilidade as desigualdades nas relações de gênero na agropecuária são manifestadas visivelmente, contudo é primordial também considerar os modos de vida, mas também fortalecer a autonomia das mulheres e o debate das políticas públicas no que concerne a temática. No entanto, em um sentido mais amplo, as atividades produtivas acontecem porque o trabalho reprodutivo (aquele que não gera renda) é quase sempre protagonizado por mulheres.

Tabela 6. Atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas praticadas pelas mulheres dentro e fora da sua unidade produtiva (UP).

Pratica atividades agrícolas/agropecuárias dentro da UP

GRUPO	Sim	Não
1	0,00%	100,00%
2	44,23%	55,77%
3	35,00%	65,00%

Pratica atividade não agrícolas dentro da UP

	Sim	Não
1	100,00%	0,00%
2	100,00%	0,00%
3	100,00%	0,00%

Pratica atividade não agrícolas dentro da UP

	Sim (Permanente)	Sim (Sazonal)	Não
1	0,00%	0,00%	100,00%
2	0,00%	0,00%	100,00%
3	0,00%	10,00%	90,00%

Pratica Atividade não agrícola fora da UP

	Sim (Permanente)	Sim (Sazonal)	Não
1	0,00%	0,00%	100,00%
2	0,00%	69,23%	30,77%
3	10,00%	80,00%	10,00%

Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar na Tabela 6 que todas as mulheres dos grupos 1 e 2 não realizam atividades agrícolas ou agropecuárias fora do lote da família, sendo que no grupo 3 apenas 10% (1 mulher) atua de maneira sazonal como operadora de máquinas agrícolas. Já nas atividades não agrícolas podemos verificar que 69,23 e 80% das mulheres dos grupos 2 e 3, realizam atividades sazonais, sendo que a principal atividade é como diarista. O grupo 3 apresenta 10% (1 mulher) com atividade não agrícola permanente, atuando como agente de saúde do assentamento. As atividades remuneradas não agrícolas realizadas por mulheres assentadas têm o potencial de gerar mudanças profundas em suas vidas e nas dinâmicas familiares (REFATI et al., 2017). No entanto, NASCIMENTO et al., (2022) relatam que é crucial abordar os desafios que acompanham essa transição para garantir que os benefícios sejam sustentáveis e que as mulheres possam realmente usufruir da sua autonomia e reconhecimento no contexto social mais amplo.

A Tabela 7 apresenta as atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas praticadas pelos filhos com idade igual ou superior a 18 anos que residem com os pais, dentro e fora da sua unidade produtiva (UP). O grupo 1, que foi formado de pessoas solteiras, apenas a mulher solteira deste grupo tem filho e ele mora na propriedade e está envolvida diretamente na condução do sistema produtivo. Já nos grupos 2 e 3, a maioria dos filhos maiores de 18 anos não estão envolvidos na prática das atividades agrícolas/agropecuárias. A pouca participação dos filhos em atividades geradoras de renda em assentamentos é algo complexo e envolve uma infinidade de fatores, tais como oportunidades de emprego limitadas e busca de melhores condições econômicas (MOLINARI et al., 2021); aspirações e oportunidades educacionais

(BATISTA e MAZON, 2015); relações sociais dos membros dos assentamentos (FELIX et al., 2021), além da fato de muitos jovens se sentirem desmotivados a permanecerem no lote, visto que com o possível falecimento dos pais, os filhos que não estiverem atuando diretamente na terra não tem direito a permanecer na terra, já que essa pertence ao estado.

Tabela 7. Atividades agrícolas/agropecuárias e não agrícolas praticadas pelos, filhos com idade igual ou superior a 18 anos que residem com os pais, dentro e fora da sua unidade produtiva (UP).

Pratica atividades agrícolas/agropecuárias dentro da UP

GRUPO	Sim	Não
1	100,00%	0,00%
2	25,00%	75,00%
3	27,50%	72,50%

Pratica atividade não agrícolas dentro da UP

	Sim	Não
1	0,00%	100,00%
2	100,00%	0,00%
3	80,00%	20,00%

Pratica atividade não agrícolas dentro da UP

	Sim (Permanente)	Sim (Sazonal)	Não
1	0,00%	100,00%	0,00%
2	0,00%	100,00%	0,00%
3	0,00%	70,00%	30,00%

Pratica Atividade não agrícola fora da UP

	Sim (Permanente)	Sim (Sazonal)	Não
1	0,00%	0,00%	100,00%
2	50,00%	50,00%	0,00%
3	0,00%	90,00%	10,00%

Fonte: elaboração própria.

Já em relação a prática de atividades não agrícolas dentro da propriedade, o filho do grupo 1 não realiza atividades domésticas e a maioria (100 e 80%) dos filhos dos grupos 2 e 3, respectivamente, são responsáveis por alguma atividade dentro do lar. Os grupos 2 e 3 apresentaram cinco (5) e 10 filhos maiores de 18 anos que residem na propriedade junto com os pais. A inclusão de jovens na força de trabalho familiar poderia aumentar a disponibilidade de mão de obra, permitindo que as famílias realizem mais atividades simultaneamente, tanto agrícolas e/ou agropecuárias, quanto não agrícolas. Isso facilita a diversificação das fontes de renda, essencial para a sobrevivência econômica em contextos rurais.

As atividades agrícolas/agropecuárias são realizadas, de forma sazonal, por todos os jovens dos grupos 1 e 2 e por 70% dos jovens do grupo 3. Já em relação as atividades não agrícolas realizadas fora da unidade produtiva, o grupo 2 apresenta 50 e 50% dos jovens pertencentes a esse grupo realizando essas atividades de maneira permanente e sazonal, respectivamente. O grupo 3 apresenta 90% dos jovens em atividades não agrícolas fora da propriedade em caráter sazonal. No grupo 1, o jovem deste grupo não realiza este tipo de atividade. A realização destas atividades pela juventude rural pode melhorar a geração de renda

familiar e a autonomia financeira destes jovens (DREBES e SANTOS, 2024), contudo podem gerar impactos em relação a dupla jornada de trabalho e um consequente êxodo aos meios urbanos em busca de melhores condições de crescimento.

A pluriatividade é uma estratégia essencial para a sobrevivência e o crescimento das famílias assentadas, visto que podemos observar que estas atividades são importantes no incremento da renda familiar da maioria das famílias analisadas, independente dos grupos formados. Ela oferece uma oportunidade valiosa de diversificar as fontes de renda e aumentar a segurança financeira em tempos de incerteza. No entanto, é importante lembrar que essa busca por novas atividades também pode trazer desafios significativos. A sobrecarga de trabalho pode afetar a saúde e o bem-estar dos membros da família, especialmente dos jovens e mulheres, que muitas vezes precisam equilibrar suas responsabilidades profissionais com os estudos e as tarefas do dia a dia. Além disso, ao se envolverem em atividades não agrícolas, as famílias podem sentir uma desconexão com suas raízes e tradições agrícolas, o que pode impactar sua identidade e o senso de comunidade. E ainda de acordo com NASCIMENTO, et al., (2022), a pluriatividade se tornou, em função dos critérios da Lei da Agricultura Familiar, um fator decisivo para impedimento de uma parte expressiva das famílias de contas próprias serem classificadas como agricultura familiar.

Por isso, é fundamental encontrar um equilíbrio. Como as famílias devem ser reforçadas em sua jornada para diversificar suas atividades, mas também é crucial que mantenham suas tradições e valores. Políticas públicas que promovam esse equilíbrio são essenciais para garantir que as comunidades rurais possam prosperar de maneira sustentável, respeitando suas histórias e culturas enquanto se adaptam às novas realidades econômicas.

4. CONCLUSÃO

Independentemente dos grupos formados todas as famílias avaliadas podem ser consideradas pluriativas em tempo integral ou sazonal, mostrando que a busca da diversificação das atividades realizadas independe de idade, estado civil, escolaridade ou presença de filhos maiores que 18 anos, e que elas são importantes na renda e estratégias produtivas destas famílias e por consequência na permanência destas famílias nos assentamentos.

A pluriatividade identificada neste estudo está condicionada a realidade financeira das famílias entrevistadas, e não deve servir de base para descartar o enquadramento de famílias do segmento de agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil (2011-2015). **Revista Econômica do Nordeste**, v.51, n.2, p.81-97. 2020. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1090>
- BATISTA, E. C.; MAZON, M. S. Trajetórias escolares de jovens assentados: estudo em Arinos/MG. **Política & Sociedade**, v.14, n.31, p.200-226, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n31p200>
- COUTO, V. A.; MATOS REIS, L. L.; SILVA, E. M. Pluriatividade e renda familiar no projeto de assentamento São Jorge e São José (PASJ), região cacaueira, Bahia. **Revista Macambira**, v.1, n.1, p.52–70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35642/rm.v1i1.105>

A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil.

DEL GROSSI, M. E.; FLORIDO, A. C.; RODRIGUES, L.F.; OLIVEIRA, M. S.

Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT**, v.16, 40-45, 2019. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4315>

DREBES, L. M.; SANTOS, T. K. L. Dinâmicas ocupacionais dos jovens rurais de um assentamento de reforma agrária na Amazônia Legal brasileira. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v.21, n.3, p.278-303. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26767/coloquio.v21i3,%20jul./set.3190>

FABRINI, J. E.; PINTO, V. P. Trabalho e poder de decisão das mulheres camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Formação**, v.28, n.53, p. 215-235, 2021.

FÉLIX, J. G; SILVA LOPES, E; GONÇALVES PEREIRA, S. Êxodo rural dos jovens: a realidade de uma associação comunitária de assentados no município de João Pinheiro – MG. **Scientia Generalis**. v.2, Supl.1, p.96, 2021 Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/371>

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama atual do município de Unaí- População no último censo [2022]**. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>. IBGE, 2023.

PAULA JUNIOR, A. D. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, v.8, n.16, p.1-11, 2019. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.9900>

PRATES, A. R.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, D. P. Caracterização dos novos agricultores familiares de três assentamentos rurais de Castilho-SP. **Retratos de Assentamentos**, v.25, n.2, p.134-166, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.459>

MAIA, A. H.; SANT'ANA, A. L.; SILVA, F. C. D. Políticas públicas de acesso à terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.56, n.2, p.311-328. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560208>

MOLINARI, A. D. L. C.; NOGUEIRA, R. M.; BEBER, R. C.; DE NADAI CORASSA, J.; PIRES, E. M. O perfil social e a geração de renda em assentamentos rurais sob influência do Cinturão da soja e milho na Amazônia Matogrossense. **Retratos de Assentamentos**, v.24, n.2, p.253-268, 2021. DOI: <https://DOI.ORG/10.25059/2527-2594/RETRATOSDEASSENTAMENTOS/2021.V24I2.370>

MORAES, J. G.; PIRES, M. L. L. E. S. Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife-Pernambuco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.57, n.2, p.309-325, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.181152>

NASCIMENTO, D.; SILVEIRA, J. P.; THOMÉ DA CRUZ, F. O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar. **Retratos De Assentamentos**, v.25, n.2, p.185-208, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514>

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.60, n3, e 240128, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>

REFATI, D. C.; FABRINI, J. E.; MARSCHNER, W. R. O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste-Paraná. **Revista Nera**, v.20, n.35, p.83-107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i35.4100>

RIBERIO, E. C., GASTAL, M. L., & MELO, T. V. Caracterização de um sistema de produção em assentamento de reforma agrária no município de Unaí-MG. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.25, n.4, p.7-19, 2018 DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179627527>

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.54, n.3, p.561-582, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540309>

SANTANA, C. M.; BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. (2015). Os principais desafios para a institucionalização do PAA nos assentamentos de reforma agrária no Norte fluminense. **Revista Campo – Território**, v.10, n.20, p.62-87. 2015. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT102027097>

SILVA, A. K., CRISTO, C. C. N.; SILVA MEDEIROS, M.; QUEIROZ COSTA, J. H., ALBUQUERQUE, C. F.; DA SILVA, J. M. Reforma agrária e processos produtivos no Assentamento Canafistula, Jacuípe, AL. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.9, n.1, p.88-105. 2020. DOI: <https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i1.245041>

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. (2017). Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, v.14, n.38, p. 140 – 163. 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2016.27857>

Recebido em: 08/10/2024
Aprovado em: 11/12/2024